

O MESSIANISMO DO PADRE VIEIRA E A INQUISIÇÃO.

COSTA, Hermisten Maia Pereira da (Universidade Presbiteriana Mackenzie)

Introdução:

Antônio Vieira nasceu em Lisboa, Portugal, em 6 de fevereiro de 1608, provindo de uma família modesta, sendo o primogênito entre seis irmãos. Seus pais, Cristóvão Vieira Ravasco e D. Maria de Azevedo, mudaram-se em 1614 para a Bahia, trazendo então o seu único filho. Seu pai, ao que parece, veio trabalhar como escrivão na Relação da Bahia.

Vieira estudou no Colégio Jesuíta e, com 15 anos de idade, fugiu de casa, ingressando na Companhia de Jesus (05/05/1623), sendo acolhido prazerosamente pelo reitor, Pe. Fernão Cardim (1540-1625), que convivera com José de Anchieta (1534-1597). A sua ascensão dentro da ordem foi rápida e em três anos de noviciado tornou-se responsável por escrever a *Carta Ânua* (1626) – em português, e depois traduziu-a para o latim ou vice-versa –, que era o relatório anual dos trabalhos da Companhia na Província, apresentado ao Geral da Companhia. No final desse ano ou início de 1627, Vieira já se tornara professor de retórica no Colégio de Olinda. Em 10 de dezembro de 1634 foi ordenado sacerdote.

Vieira teve uma vida intensa. Ao longo dos seus 89 anos dedicou pelo menos 64 deles à vida pública, permanecendo atento e atuante nessas questões até o final de sua existência. Esse português de nascimento viveu no Brasil 51 anos, ainda que não os mais produtivos, vindo a falecer em 16 de julho de 1697, no mesmo Colégio da Bahia onde iniciara os seus estudos.

1. A Inquisição: antecedentes históricos:

A Inquisição remonta ao início do século XI (1022), com as primeiras execuções dos "hereges" em Orléans e em Toulouse. Todavia, a sua evolução foi lenta, tornando-se efetiva a partir de 1231 e 1233.

A inquisição era um tribunal constituído pelo papa, sendo formado por juizes, cuja principal tarefa era julgar e condenar os hereges, denominados de "Albigenses", por estarem radicados em Albi – cidade ao sul da França, distando cerca de 600 quilômetros de Paris. Os Albigenses ou Cátaros, como algumas vezes são chamados, havia se tornado numerosos no sul da França e no norte da Itália, os quais sustentavam uma teologia sincretista, na qual preponderavam elementos do cristianismo, gnosticismo

e maniqueísmo. A cruzada contra os albigenses, quando concluída, cerca de 50 anos depois, teria consumido centenas de milhares de pessoas. A eliminação dos Albigenses, provavelmente foi a maior "vitória" da inquisição nesse período.

Com o decorrer do tempo, devido aos poderes concedidos aos inquisidores, eles passaram a ter quase que total autonomia, manchando a história com o sangue dos "hereges" ou iluminando as trevas da Idade Média com a luz das fogueiras, cujo combustível eram os seus opositores.

2. A Inquisição em Portugal:

Em Portugal, os judeus durante um breve período de tempo gozaram da benevolência do rei D. Manuel I, "o Venturoso" (1469-1521), entronizado em fins de 1495; contudo após o seu casamento (contrato assinado em Burgos, em 30/11/1496) com a filha dos reis espanhóis Fernando e Isabel – que além do nome igual ao da mãe, nutria ódio semelhante contra os judeus¹ –, a sorte dos judeus ficou selada. No consentimento do casamento da princesa D. Isabel com o rei de Portugal, Fernando e Isabel estabeleceram duas condições: "Uma liga contra França; versava a outra sobre os refugiados da nação judaica. Na questão da liga, D. Manuel cedeu só por metade, obrigando-se, apenas, a enviar socorros a Castela no caso de invasão; quanto à segunda condição, as restrições não eram possíveis. Às exigências dos pais acresciam as da Filha."² Assim, D. Manuel, que se por um lado desejava proteger os judeus, por outro, sendo ambicioso, desejava uma aliança mais sólida com o reino espanhol; estabeleceu-se assim um impasse. Nada, contudo que não pudesse ser resolvido; os resultados não tardariam: No domingo, 24 de dezembro de 1496, o rei assinou uma ordem "que obrigava todos os judeus [não convertidos] a deixarem Portugal no prazo de dez meses, até fins de outubro de 1497, sob pena de morte e confisco de seus bens. Sob nenhum pretexto seria permitido a qualquer judeu habitar dentro das fronteiras do País ou nele permanecer depois de expirado este prazo."³ Todavia, como as "conversões" voluntárias não foram volumosas conforme se esperava, D.

¹ Kayserling menciona uma carta em que Isabel teria escrito ao seu noivo que a aguardava na fronteira de Portugal, na qual dizia que "não pisaria solo português enquanto todo o país não estivesse limpo dos odientos judeus" (Meyer Kayserling, *História dos Judeus em Portugal*, São Paulo: Pioneira, 1971, p. 111). Em setembro de 1497 a rainha entrou em Portugal.

² A. Herculano, *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, Portugal: Publicações Europa América, (s.d.) Vol. I, p. 70.

³ Meyer Kayserling, *História dos Judeus em Portugal*, p. 112; Vd. também, A. Herculano, *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, Vol. I, p. 72.

Manuel, pressionado, publicou em Évora, em abril de 1497, "a pavorosa ordem que, num dia determinado, isto é, no domingo de Páscoa, fossem tirados aos judeus [que preferiram o desterro ao batismo católico], à força, todos os filhos e filhas menores de 14 anos de idade para serem distribuídos nas diversas cidades e vilas, educados às custas do Rei e encaminhados na fé cristã....".⁴

Durante os quase trezentos anos em que o "Santo Ofício" agiu em Portugal (1536-1821), a Inquisição queimou cerca de mil e quinhentas pessoas e condenou a diversas penas mais de 25.000. Ignora-se o número daqueles que morreram nos cárceres e, também, daqueles que foram julgados depois de mortos, os quais, quando condenados, eram exumados e queimados nos autos-de-fé.⁵

3. Vieira, o Sebastianismo e o Quinto Império:

A. BANDARRA E O ENCOBERTO:

É curiosa a visão de Vieira a respeito de Portugal como tendo uma vocação missionária especial para "propagar a fé cristã em todo o mundo", sendo também destinado a ser o quinto império mundial, conforme "profetizado" por Daniel. Neste particular, Vieira seguia as interpretações de um documento "profético" largamente difundido, intitulado de *Trovas de Bandarra*, que também foram sustentadas por D. João de Castro (1551-1623), "sebastianista convicto" e "*profeta do sebastianismo em Portugal*",⁶ considerado o "*são Paulo do sebastianismo*" – neto do grande vice-rei português da Índia, D. João de Castro (1500-1548) –, que viria a ser o primeiro comentador das *Trovas*, e Manuel Bocarro Francês, um cristão-novo, famoso médico, matemático e astrólogo. Estas *Trovas* foram escritas por António Gonçalo Anes, de alcunha Bandarra (c.1500-1545), cristão-velho, um sapateiro e poeta natural de Trancoso, vila antiquíssima, que remonta ao período pré-romana da História de Portugal –, que após várias leituras do Antigo Testamento, seguindo uma hermenêutica extremamente duvidosa, redigiu as

⁴ Meyer Kayserling, *História dos Judeus em Portugal*, p. 114. Vd. A. Herculano, *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, Vol. I, p. 74ss.; Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Lisboa: Editora Verbo, 1982, Vol. III, p. 16-17.

⁵ É bom lembrar que os documentos deste período ainda não foram estudados exaustivamente, havendo ainda 40 mil processos existentes na Torre do Tombo. (Cf. Frédéric Max, *Prisioneiros da Inquisição*, Porto Alegre, RS: L&PM, 1991, p. 26; Eduardo Hoornaert, *Formação do Catolicismo Brasileiro, 1550-1800*, Petrópolis, RJ.: Vozes, 1974, p. 14,15; António José Saraiva, *Cristãos-Novos*: In: Joel Serrão, dir. *Dicionário de História de Portugal*, Porto: Livraria Figueirinhas, (1981), Vol. II, p. 234.

⁶ Elias Lipiner, *O Sapateiro de Trancoso e o Alfaiate de Setúbal*, Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 22.

aludidas *Trovas* (antes de 1540).⁷ Bandarra e os seus escritos tornaram-se populares, tendo estes ampla circulação em cópias manuscritas,⁸ sendo especialmente apreciadas pelos cristãos-novos, ainda que não exclusivamente, tendo o aval dos jesuítas na sua divulgação sistemática.

Bandarra foi levado ao Tribunal do Santo Ofício em 1541, o qual proibiu as suas profecias, fê-lo abjurá-las formalmente, condenando o autor ao silêncio, bem como a não “explicar” mais a Bíblia. Contudo, não o prendeu. “O Santo Ofício pareceu satisfeito com as razões do profeta, que ficou quite só com o entrar na procissão do auto de fé de 23 de outubro de 1541, e prestar, de círio [grande vela] em punho, um juramento pelo qual se comprometia a nunca mais interpretar os sagrados textos.”⁹

B. D. SEBASTIÃO:

As *Trovas* foram redigidas numa linguagem incorreta e obscura, prestando-se a diversas interpretações. Nelas se profetizava o sucesso político de Portugal, bem como o regresso do rei-redentor, denominado de “o Encoberto”, sendo paulatinamente, a partir de 1580, identificado como D. Sebastião (1554-1578), tornando-se desde então, as *Trovas*, uma espécie de “evangelho do sebastianismo”. Hermann, resume: “[As trovas] produzidas em meio a uma comunidade de cristãos-novos, com o qual Bandarra se relacionava estreitamente, e tendo como pano de fundo um cenário cultural ainda fortemente marcado pela oralidade, as estrofes de Bandarra tornar-se-iam *profecias* sebastianistas na releitura dos letrados portugueses seiscentistas. Fonte ‘original’ das formulações da crença sebástica, seriam consideradas, tempos depois, o suporte profético sobre o qual se assentaria a certeza da volta do Encoberto em Portugal.”¹⁰

D. Sebastião fora denominado desde o ventre materno de “o desejado”, visto que

⁷ Entre 1530 e 1540, especula Jacqueline Hermann (Vd. Jacqueline Hermann, *No Reino do Desejado: a construção dos sebastianismo em Portugal (séculos XVI e XVII)*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 19).

⁸ As *Trovas*, apesar de fazerem parte do Índice desde 1581, como resultado de sua popularidade, seriam impressas pela primeira vez em Paris no século XVII. Em 1802, as *Trovas* tiveram uma segunda edição, na cidade francesa de Nantes, patrocinada pelo Marquês de Nisa. Posteriormente, foram reimpressas em 1809 (Barcelona e Londres), Em 1815, com o título *Trovas Inéditas do Bandarra* sai uma nova edição. Entre 1822-1823, é publicada com o título, *Verdade e Complemento das Profecias*.

Vieira diz que “em várias partes do Viseu aprendiam os meninos nas escolas a ler pelas *Trovas* de Bandarra, de que há ainda hoje testemunhas vivas...” (Apud J. Lúcio de Azevedo, *História de António Vieira*, 3ª ed. Lisboa: Clássica Editora, 1992. Vol. I, p. 60).

⁹ Bandarra: In: Antônio da Costa Leão, et. al. (dir), *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa: Editorial Enciclopédia, Limitada, s.d., Vol. 4, 105. (doravante citada como GEPB).

“uma criança do sexo masculino era a única esperança de salvar Portugal de uma eventual sucessão castelhana.”¹¹ Lembremo-nos que de 1580 a 1640 Portugal foi governado pela dinastia dos Habsburgos espanhóis, sendo considerado esse período de “sessenta anos de cativo de Portugal por Castela”. Os reis desse “cativo” foram Filipe II (I de Portugal: 1580-1598), Filipe III (II de Portugal: 1598-1621) e Filipe IV (III de Portugal: 1621-1640).

Ao findar o domínio de Castela, Vieira, no seu primeiro sermão pregado na Capela Real e possivelmente na Europa – “Sermão dos Bons Anos” (1642) –, apresenta uma mensagem com forte teor político.¹² Diz então: “...sessenta anos inteiros, nos quais Portugal esteve esperando sua Redenção, debaixo dum cativo tão duro e tão injusto.”¹³ A figura de Bandarra cresceu grandemente em prestígio a partir da Restauração.¹⁴ Nesse período de domínio espanhol, o sebastianismo teve grande impulso, sendo os jesuítas os grandes partidários dessa quimera.¹⁵ Mas, afinal, que crença era esta?

D. Sebastião, que começou a reinar em 1568, morreu juntamente com o seu exército em Marrocos, na batalha de Alcácer Quibir (04/08/1578), quando, contrariando a opinião de seus capitães, abandonou a costa africana, embrenhando-se com o seu exército pela África a dentro. A batalha ocorreu por volta das 11 horas de uma segunda-feira.¹⁶ “O seu cadáver, terrivelmente ferido e nu, foi encontrado no campo de batalha no dia seguinte, mas a sua identificação foi feita um tanto superficialmente, a sua rica armadura e armas nunca foram encontradas e nenhum dos sobreviventes admitiu ter visto matarem-no.”¹⁷ No entanto, o boato que circulou entre o povo, talvez reforçado pela omis-

¹⁰ Jacqueline Hermann, *No Reino do Desejado*, p. 19.

¹¹ C.R. Boxer, *O Império Colonial Português*, Lisboa: Edições 70, (1977), p. 405.

¹² Vd. Jacqueline Hermann, *No Reino do Desejado*, p. 234.

¹³ Padre Antonio Vieira, *Sermões*, Porto: Lello & Irmão, Editores, 1945, Vol. I, 321.

¹⁴ “Em 1642. d. Álvaro Abranches, general da província da Beira, mandou fazer um epitáfio para Bandarra, na igreja de São Pedro da vila de Trancoso, com os seguintes dizeres: ‘Aqui jaz Gonçaliannes Bandarra natural desta Vila que profetizou a restauração deste reino, e que havia de ser no ano de seiscentos e quarenta por el Rei D. João o quarto nosso senhor, que hoje reina, faleceu na era de mil e quinhentos e quarenta e cinco.’” (Jacqueline Hermann, *No Reino do Desejado*, p. 235).

¹⁵ Cf. J. Lúcio de Azevedo, *História de António Vieira*, Vol. I, p. 36; Wilson Martins, *História da Inteligência Brasileira*, 4ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1992, Vol. I, p. 185-186.

¹⁶ Vd. J.P. Oliveira Martins, *Historia de Portugal*, 6ª ed. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira Livraria Editora, 1901, Tomo II, p. 66-69; Lucette Valensi, *Fábulas da Memória: A Batalha de Alcácer Quibir e o Mito do Sebastianismo*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 11,14.

¹⁷ C.R. Boxer, *O Império Colonial Português*, p. 407; Vd. também, J.P. Oliveira Martins, *Historia de Por-*

são ou ambigüidade dos sobreviventes, aliado ao período de grande infortúnio de Portugal, foi o de que ele não teria morrido. Daí surgirem lendas a respeito de seu regresso a Portugal para reivindicar seu trono.

C. VIEIRA E SUAS INTERPRETAÇÕES:

Vieira interpretava a história de Portugal como sendo uma história sagrada, uma verdadeira história da salvação, sendo os conquistadores portugueses, sem exceção, ministros do evangelho de Deus, a quem competia trazer os gentios à fé e à Igreja.¹⁸

No “Sermão da Primeira Dominga de Quaresma”, pregado no ano de 1653 em São Luís do Maranhão, Vieira, tentando convencer os senhores de engenho a libertarem os seus escravos índios, a certa altura, diz: “Saiba o mundo, saibam os hereges e os gentios, que não se enganou Deus, quando fez aos Portugueses conquistadores e pregadores do seu santo nome.”¹⁹

Vieira, já na sua juventude demonstrava ter alta reverência para com D. Sebastião, concluindo, inclusive, um sermão em 1634 com uma oração dirigida ao próprio.²⁰ Por outro lado, é evidente já nesta época que ele não identificava – como era comum há pouco mais de 50 anos – o “Encoberto” com D. Sebastião. Isto se torna ainda mais claro no seu “Sermão dos Bons Anos” (1642).²¹ Vieira, recorrendo a textos escriturísticos, às profecias do São Frei Gil²² e às profecias de Bandarra,²³ aplicou ao longo dos anos a figura do “Encoberto” de Bandarra a vários soberanos, tais como D. João IV (1604-1656),²⁴ D. Afonso VI (1656-1667), D. Pedro II (príncipe regente: 1667-1683; rei: 1683-

tugal, Tomo II, p. 76.

¹⁸ Ver: A. Vieira, Sermão dos Bons Anos (1642): In: *Sermões*, Vol. I, p. 339-340. Grifos meus.

¹⁹ A. Vieira, Sermão da Primeira Dominga de Quaresma: In: *Sermões*, Vol. III, p. 24. Para uma visão mais completa do pensamento de Vieira a respeito da missão grandiosa de Portugal, consulte o já citado Sermão da Epifania (1662): In: *Sermões*, Vol. II, p. 12-14 e, principalmente, a sua obra, *Historia do Futuro*. (Vd. também; E. Hoornaert, *Formação do Catolicismo Brasileiro: 1550-1800*, p. 32-36).

²⁰ A. Vieira, Sermão de S. Sebastião (1634): In: *Sermões*, VI, p. 353.

²¹ Vd. A. Vieira, *Sermões*, Vol. I, p. 323.

²² A. Vieira, *Sermões*, Vol. I, 322.

²³ A. Vieira, *Sermões*, Vol. I, p. 323.

²⁴ A. Vieira, *Sermões*, Vol. I, p. 328; Pe. Antônio Vieira, Proposta feita a El-Rei D. João IV em que se lhe representava o miserável estado do Reino e a necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas partes da Europa pelo Padre Antônio Vieira: In: *Escritos Históricos e Políticos*, São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 302. Vd. Jacqueline Hermann, *No Reino do Desejado*, p. 234-235.

Quanto a uma tentativa de explicar a interpretação de Vieira por “correspondência alegórica”, Vd. Antônio Sérgio em prefácio à obra, Pe. Antônio Vieira, *Obras Escolhidas*, (Cartas I), Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1951, Vol. I, p. XXVIss.

1706), D. João V (1706-1750). Todavia, a idéia predominante entre os sebastianistas era de que o “Encoberto” era D. Sebastião, que permanecia vivo...²⁵

Hanson supõe que “talvez a quinta monarquia bíblica representasse a síntese entre o pensamento universalista do jesuíta e o pensamento nacionalista de Vieira.”²⁶ Mas o fato é que o pensamento de Vieira é mais amplo do que a concepção predominante. Vieira não “profetiza” simplesmente o sucesso da monarquia de Portugal; antes ele vê mais longe: Portugal como o Império do Mundo, com todo o poder, reunindo sob si todos os reinos deste mundo durante o Milênio. Na *Historia do Futuro*, Vieira inicia dizendo: “As outras Histórias contam as coisas passadas, esta promete dizer as que estão por vir; as outras trazem à memória aqueles sucessos públicos que viu o mundo, esta intenta manifestar ao mundo aqueles segredos ocultos e escurismos, que não chegam a penetrar o entendimento.”²⁷

Partindo do princípio de que Jesus Cristo mesmo fundou o “Reino de Portugal, aparecendo e falando ao seu primeiro rei”,²⁸ Vieira escreve: “Quem considerar o reino de Portugal no tempo passado, no presente e no futuro; no passado o verá vencido, no presente ressuscitado, e no futuro glorioso.”²⁹

4. Vieira e a Inquisição:

Vieira também escreveu *Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo*; Aos verdadeiros portugueses, devotos do Encoberto, em várias trovas escritas por Gonçalo Anes Bandarra. Este trabalho, redigido no “Rio das Amazonas”, é datado de 29/04/1659, e foi enviado ao seu amigo também jesuíta André Fernandes, bispo do Japão e confessor da rainha, D. Luisa de Gusmão (1613-1666), viúva do rei D. João IV.³⁰ Vieira anunciava neste texto a ressurreição de D. João, morto em novembro de 1656. A Inquisição toma posse deste trabalho, após fazer o Padre André Fernandes entregá-lo

²⁵ Vd. a respeito das diversas crenças concernentes a D. Sebastião, In: J. Lúcio de Azevedo, *História de António Vieira*, Vol. I, p. 58ss.

²⁶ Carlos A. Hanson, *Economia e Sociedade no Portugal Barroco (1668-1703)*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986, p. 138.

²⁷ Padre Antonio Vieira, *História da Futuro*, 3ª ed.? Lisboa: J.M.C. Seabra e T. Q. Antunes, 1855, Cap. I, p. 5.

²⁸ Padre Antonio Vieira, *História da Futuro*, Cap. VIII, p. 82.

²⁹ Padre Antonio Vieira, *História da Futuro*, IV, § 2, p. 26.

³⁰ Lembremo-nos de que tanto D. João IV como a sua esposa os ajudavam financeiramente em sua missão no Maranhão. (Vd. a carta de Vieira, escrita no Maranhão, datada de 10/09/1658, ao P. Geral, Gos-

a contragosto (13/04/1660). Talvez André Fernandes tenha cometido alguma indiscrição, como mostrar o texto a algum amigo – que poderia tê-lo reproduzido com ou sem consentimento³¹ –, ou mesmo comentar o assunto. O fato é que Vieira é intimado a apresentar o seu trabalho em abril daquele ano ao Santo Ofício, o que fez. A pretexto desse escrito Vieira é processado pela Inquisição, sendo interrogado morosamente desde 21/07/1663 a 01/10/1665, quando, já doente e enfraquecido, foi decretada a sua prisão. Em julho de 1666, apresenta a sua defesa, intitulada, Representação dos motivos que tive para me parecerem prováveis as proposições de que se trata. Na elaboração de sua defesa, Vieira teve diante de si apenas papel, tinta e suas lembranças... Em 23/12/1667, diante dos inquisidores e de grande auditório, foi condenado à reclusão e ao silêncio perpétuo:³² “Os homens escreveram a sentença, o céu a ditou, e eu a aceitei com a paciência e conformidade que se deve às suas ordens”, escreveria Vieira dez dias depois ao Duque de Cadaval.³³ Todavia, nesse ínterim a situação política de Portugal havia mudado e os seus maiores inimigos tinham sido depostos; Vieira foi perdoado e liberto (30/06/1668). Satisfeito por um lado, contudo, por outro, um tanto frustrado, vai então numa missão para Roma, lá chegando em 15/08/1669 e sendo calorosamente recebido pelos jesuítas. O pretexto de sua viagem é conseguir a canonização de 40 mártires jesuítas (1670), todavia o que ele desejava era ser reabilitado dos vexames e humilhações por que passara e também combater a Inquisição portuguesa num lugar seguro, o que ele de fato fez ativamente. Em 1675 conseguiu retornar a Portugal com o breve do papa que o tornou imune ao poderoso braço inquisitorial.

Voltando ao texto de Vieira (*Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo*), percebemos que o irônico da questão é que este trabalho foi possivelmente um “anteprojeto” de sua obra inacabada, *A Historia do Futuro* (1664?), publicada pela primeira vez em Lisboa (1718).³⁴

vínio Nickel: In: Serafim Leite, *Novas Cartas Jesuíticas*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 268).

³¹ Cf. especula Hernâni Cidade em introdução à obra de Antônio Vieira, *Defesa Perante o Tribunal do Santo Ofício*, Bahia: Publicações da Universidade da Bahia (1957), Vol. I, p. XV-XVI. Parece também que o próprio Vieira distribuiu várias cópias desta obra. (Cf. Antônio Sérgio & Hernâni Cidade em notas em Pe. Antônio Vieira, *Obras Escolhidas* (Cartas, II), Vol. II, p. 2).

³² Vd. Antônio Vieira, *Defesa Perante o Tribunal do Santo Ofício*, Vol. II, p. 1; J. Lúcio de Azevedo, *História dos Cristãos-Novos Portugueses*, 3ª ed. Porto: Clássica Editora, 1989, p. 286-288; Jacqueline Hermann, *No Reino do Desejado*, p. 239ss.

³³ Ao Duque de Cadaval (03/01/1668): In: Pe. Antônio Vieira, *Obras Escolhidas* (Cartas, I), Vol I, p. 253-254.

³⁴ Vd. Maria Leonor Carvalhão Buescu, *Ensaio de Literatura Portuguesa*, Lisboa: Editorial Presença,

Considerações Finais:

Em 1681, Vieira, alegando questões de saúde, regressa a Bahia, exercendo mais tarde a função de visitador-geral das missões do Brasil (1688) e dedicando o resto de seus anos a cuidar da edição dos sermões, cartas e da obra de interpretação profética das Escrituras que iniciara em Roma, *Clavis Prophetarum*,³⁵ tudo isso, sem jamais abandonar as questões políticas, é claro. Morreu em 18 de julho de 1697 – lúcido, apesar de cego, surdo e acamado – na Bahia, no mesmo colégio onde iniciara os seus estudos.

O Padre Vieira foi de fato um personagem controvertido e de muitas faces – pregador, missionário, “pretense profeta”, político, diplomata, mestre da língua, etc. – que, sem dúvida, com sua oratória e sagacidade política, canalizou suas forças para, juntamente com sua vaidade pessoal, contribuir para o progresso de Portugal e do Brasil, destilando o seu ódio contra o Santo Ofício, contribuindo para desacreditá-lo junto aos reis e mesmo ao papa. No entanto, politicamente, a sua ótica era regida pelo continente no qual se encontrava.

Neste afã, ele não se deteve diante de uma exegese duvidosa das Escrituras,³⁶ justificou a escravidão dos negros, poupou os índios – reservando-os, se possível para os jesuítas³⁷ – e usou amplamente dos recursos dos cristãos-novos sem nenhum preconceito, que alguns gostam de chamar de “tolerância”. Neste caso, ele tentou uma política monetária amparada – com verniz patriótico e religioso – nos recursos da burguesia mercantil: os cristãos-novos,³⁸ tendo sucesso em diversas ocasiões.

Quanto à sua visão do futuro vemos a sua fertilidade intelectual que reflete, por certo, parte do pensamento europeu, dominado por uma interpretação fantasiosa que, ali-

1986, p. 76-91; Wilson Martins, *História da Inteligência Brasileira*, Vol. I, p. 172; Jacqueline Hermann, *No Reino do Desejado*, p. 239. Disponho de uma cópia da edição de 1855, que presumo ser a terceira, publicada em Lisboa pelos editores J.M.C. Seabra & T. Q. Antunes (Cf. Bandarra: In: *GEPB*, Vol. 4, p. 106 e António J. Saraiva, Vieira: In: Joel Serrão, dir. *Dicionário de História de Portugal*, Vol. VI, p. 300).

³⁵ Obra que, segundo Vieira, “abre nova estrada à fácil inteligência dos Profetas, e tem sido o maior emprego dos meus estudos.” (Antonio Vieira, Prologo do Auctor: In: *Sermões*, Vol. I, p. LXIV).

³⁶ Vd. António José Saraiva & Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 5ª ed.[corrigida e aumentada], Porto/Lisboa: Porto Editora/empresa Lit. Fluminense, [s.d.], p. 511, 514ss. Em 1668, o enviado inglês a Portugal, Sir Robert Southwell, escrevera que Vieira aliava “à sua eloquência natural a arte de fazer com que as Escrituras digam aquilo que ele deseja” (C.R. Boxer, *Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*, São Paulo: Editora Nacional/EDUSP, p. 179).

³⁷ O “poupar” os índios para si, não significava deixa-los fugir impunes ou descartar a necessidade de imprimir “o selo da escravidão” que, em seguida, era atenuado pelo batismo. (Vd. J. F. Lisboa, *Vida do Padre António Vieira*, Rio de Janeiro: W.M. Jackson Inc. (1948), p. 348ss, 353ss).

ás, é evidente em muitos de seus sermões. Os seus sermões permanecem como um estilo brilhante, nos quais as palavras são selecionadas de forma precisa e perspicaz. Por isso, não é à toa que ele é considerado correntemente como o “maior pregador do século XVII” da Europa barroca.³⁹

De fato, é quase impossível lê-lo sem deixar de apreciar o seu estilo e, mesmo discordando do seu quadro de referência, da sua exegese e da sua dialética contraditória, repleta de silogismos com premissas exageradamente flexíveis, não nos sentiremos desafiados a lutar pelo que acreditamos e fazer o melhor dentro dessa perspectiva, obviamente com um quadro de referência diferente, fruto de uma nova compreensão.

³⁸ Vd. Antônio José Saraiva & Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, p. 505-506; Wilson Martins, *História da Inteligência Brasileira*, Vol. I, p. 198-199.

³⁹ Vd. Antonio J. Saraiva, *O Discurso Engenhoso*, São Paulo: Editora Perspectiva, 1980, p. 7. Quanto ao suposto estilo “barroco” de Vieira, Vd. Wilson Martins, *História da Inteligência Brasileira*, Vol. I, p. 180ss.